

# Romanos 7:14-25

Charles Hodge

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto<sup>1</sup>

## ANÁLISE

O apóstolo, tendo exibido a operação da lei em produzir convicção de pecado, passa agora a mostrar seu efeito sobre a mente do crente. Ela não pode assegurar sua santificação. A causa desta inabilidade não está na natureza má da lei, que é espiritual, v. 14, mas no poder do pecado que habita em nós; “Eu sou carnal”, diz o apóstolo, “vendido sob o pecado”, v. 14. Como essa não é apenas uma expressão forte, mas também ambígua, Paulo imediatamente explica o seu significado. Ele não pretende dizer que estava entregue ao serviço do pecado; mas que ele estava na condição de um escravo, cujos atos nem sempre são a evidência de sua inclinação. Assim se dá com o crente. Ele faz o que odeia, e omite fazer o que aprova, v. 15. Essa é uma descrição de escravidão, e uma explicação clara do que significa a expressão “vendido sob o pecado”. Há duas inferências óbvias a serem extraídas a partir desse fato. A primeira é que o crente, embora negando a suficiência da lei, e mantendo a necessidade de libertação dela, carrega um testemunho interno de sua excelência. Ele sente e admite que a lei é boa, v. 16; pois é a lei que ele aprova, e a transgressão dela que ele odeia, como declarado no versículo anterior. A segunda inferência é que os atos assim realizados não são o critério verdadeiro de caráter: “De maneira que agora já não sou eu que faço isto, mas o pecado que habita em mim”, v. 16. Os atos de um escravo são de fato seus próprios atos; mas não sendo realizados com o pleno assentimento e consentimento de sua alma, eles não são testes justos do real estado de seus sentimentos. A propriedade e verdade dessa representação do estado do crente, e da influência da lei, são reafirmadas e confirmadas nos v. 18-20. A lei apresenta o dever claramente: o coração e consciência do crente assentem à sua excelência; mas o que pode a lei fazer na destruição do poder das nossas corrupções interiores? Esses princípios perversos permanecem, até onde diz respeito à lei, em plena força. A declaração autoritativa que uma coisa não deve ser feita, não destrói a inclinação para com ela.

O resultado, portanto, é que, não obstante o assentimento da mente à excelência da lei, o poder do pecado permanece, de forma que quando desejamos ser bons, o mal está presente conosco, v. 21. Deleitamos-nos na lei segundo o homem interior, mas isso não destrói o poder do pecado em

---

<sup>1</sup> E-mail para contato: [felipe@monergismo.com](mailto:felipe@monergismo.com). Traduzido em abril/2008.

nossos membros, v. 22, 23. A lei não pode dar um fim a esse conflito interior. Ela pode apenas nos sensibilizar para a nossa condição desesperada e degradante, v. 24; e nos leva a buscar vitória, onde somente ela pode ser obtida, i.e., como o dom de Deus por meio de Jesus Cristo nosso Senhor, v. 25.

## COMENTÁRIO

[p. 353-379]<sup>2</sup>

### DOCTRINA

1. Nenhum homem é perfeitamente santificado nesta vida. Pelo menos, Paulo não era, de acordo com sua própria confissão, quando ele escreve esta passagem, v. 14-25.

2. A lei é espiritual, isto é, perfeita, derivando seu caráter do seu autor, o Espírito de Deus. Ela é, portanto, o padrão infalível do dever, e a fonte da luz ou conhecimento moral. Portanto, a lei deveria ser conhecida e estudada, e fielmente aplicada como a regra de julgamento para a nossa própria conduta e aquela dos outros. As doutrinas evangélicas, portanto, que ensinam a necessidade da liberdade da lei como um pacto de obras, *i.e.*, como prescrevendo os termos da nossa justificação diante de Deus, não menosprezam sua excelência nem sua autoridade. Ela tem o seu papel apropriado na economia da redenção; convencer do pecado, e ser um guia para o dever, v. 14, et.

3. A mera apresentação da verdade, à parte da influência do Espírito, não pode renovar nem santificar o coração, v. 14, etc.

4. A inabilidade é consistente com a responsabilidade. “Não consigo realizar o bem”, isto é, não posso, v. 18; Gálatas 5:17. Como a Escritura constantemente reconhece a verdade dessas duas coisas, elas são constantemente limitadas na experiência cristã. Todo o mundo sente que não pode fazer as coisas que deveria, todavia, sente que deve ser culpado por não fazê-las. Que ninguém teste o seu poder pela exigência de amar a Deus perfeitamente sempre. Ah! quão plena é a nossa inabilidade; todavia, quão profunda nossa autodepreciação e autocondenação.

5. As emoções e afeições não obedecem a uma determinação da vontade, v. 16, 18, 19, 21. Uma mudança de propósito, portanto, não é uma mudança de coração.

---

<sup>2</sup> Consultar original em inglês. (N. do T.)

6. A vitória do cristão sobre o pecado não pode ser alcançada pela força de suas resoluções, nem pela sinceridade e força dos motivos morais, nem por quaisquer recursos dentro dele. Ele olha para Jesus Cristo, e vence em sua força. Em outras palavras, a vitória não é obtida no caminho da natureza, mas da graça, v. 14-25.

## CONSIDERAÇÕES

1. Como a vida do crente é um conflito constante, aqueles que não lutam contra o pecado, e se esforçam para subjugá-lo, não são cristãos verdadeiros, v. 14-25.

2. A pessoa aqui descrita odeia o pecado, v. 15; reconhece e se deleita na espiritualidade da lei divina, v. 16-22; considera sua própria corrupção um fardo terrível, do qual deseja ardentemente ser liberto, v. 24. Esses são exercícios de genuína piedade, e deveriam ser aplicados como testes de caráter.

3. É uma evidência de um coração não renovado expressar ou sentir oposição à lei de Deus, como se ela fosse muito severa; ou ser disposto a jogar a culpa da nossa falta de conformidade à vontade divina sobre a lei, como sendo absurda. O homem renovado condena a si mesmo; e justifica a Deus, mesmo enquanto confessa e lamenta sua inabilidade em se conformar às exigências divinas, v. 14-25.

4. A força e extensão da corrupção da nossa natureza são vistas a partir de sua influência sobre o melhor dos homens, e a partir do fato dela reter em maior ou menor escala o seu poder, sob todas as circunstâncias, até o fim da vida, v. 25.

5. Essa corrupção, embora seu poder seja reconhecido, longe de ser considerada como uma escusa ou mitigação das nossas ofensas individuais, é reconhecida como a maior agravação da nossa culpa. Dizer, com os sentimentos do apóstolo, “eu sou carnal”, é expressar a mais forte linguagem de autocondenação e auto-aborrecimento, v. 14-25.

6. Embora o crente nunca seja perfeitamente santificado nesta vida, seu objetivo e esforços são sempre progressivos; e a experiência do poder do pecado que habita nele ensina-lhe o valor do céu, e prepara-o para o desfrutar dele, v. 14-25.

**Fonte:** *Commentary on the Epistle to the Romans*, Charles Hodge, The Ages Digital Library, p. 352-53, 379-81.